

RECLAMAÇÃO 10.424 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECLTE.(S) : GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JOUNG WON KIM
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : BANK OF AMERICA BRASIL HOLDINGS LTDA

DECISÃO: Trata-se de reclamação proposta por Gilberto Pereira de Oliveira e Miriam Heitzmann de Oliveira contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, na Apelação nº 7055145-6, a qual manteve a sentença segundo a qual o contrato bancário não possui natureza de produto ou serviço, razão pela qual não se aplica o Código de Defesa do Consumidor. Eis a ementa do jugado:

“PROVA – Preclusão – Produção – Indeferimento – Audiência de instrução em que as duas partes, dispensaram a produção de provas – Agravo retido improvido.

Indenização – perda de capital aplicado em fundos de investimento agressivos – Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor – Aplicação que não tem natureza de produto ou serviço – Ausência de prova, ademais, de que os investidores são consumidores finais – Riscos dos investimentos que era de ciência dos clientes – Recurso improvido”.

O reclamante alega que o referido acórdão afronta a autoridade da decisão desta Corte proferida nos autos da ADI-ED nº 2.591, Rel. Min. Eros Grau, DJ 13.4.2007, que firmou o entendimento no sentido de que as instituições financeiras estão alcançadas pela incidência das normas veiculadas pelo Código de Defesa do Consumidor.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela procedência do pedido.

Decido.

A 16ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo entendeu que no presente caso não se aplicaria o CDC – por não ter ficado demonstrada a condição dos reclamantes como consumidores

finais – e aplicou as regras e os princípios do Direito Civil.

Registro que o definido pelo acórdão reclamado, no sentido da inaplicabilidade do disposto no Código de Defesa do Consumidor, não procede, porque não segue a orientação firmada por esta Corte no julgamento da ADI nº 2.591.

O Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a referida ação e declarou a constitucionalidade do art. 3º, § 2º, da Lei n. 8.078/90. No julgamento dos embargos de declaração opostos naquela ação explicitou-se que as instituições financeiras estão, todas elas, alcançadas pela incidência das normas do Código de Defesa do Consumidor:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. LEGITIMIDADE RECURSAL LIMITADA ÀS PARTES. NÃO CABIMENTO DE RECURSO INTERPOSTO POR AMICI CURIAE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA CONHECIDOS. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. ALTERAÇÃO DA EMENTA DO JULGADO. RESTRIÇÃO. EMBARGOS PROVIDOS.

[...]

4. Embargos opostos pelo Procurador Geral da República. Contradição entre a parte dispositiva da ementa e os votos proferidos, o voto condutor e os demais que compõem o acórdão.

5. Embargos de declaração providos para reduzir o teor da ementa referente ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.591, que passa a ter o seguinte conteúdo, dela excluídos enunciados em relação aos quais não há consenso:

ART. 3º, § 2º, DO CDC. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ART. 5º, XXXII, DA CB/88. ART. 170, V, DA CB/88. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. SUJEIÇÃO DELAS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.

1. As instituições financeiras estão, todas elas, alcançadas pela incidência das normas veiculadas pelo Código

de Defesa do Consumidor.

2. ‘Consumidor’, para os efeitos do Código de Defesa do Consumidor, é toda pessoa física ou jurídica que utiliza, como destinatário final, atividade bancária, financeira e de crédito.

3. Ação direta julgada improcedente.” [ADI-ED n. 2.591, DJ de 13.04.07]

cito a Rcl 6318/SP, Rel. Min. Eros Grau, DJe 22.9.2009.

Entendo, portanto, que o acórdão reclamado diverge da orientação firmada no julgamento da ADI nº 2.591.

Cito, como precedente em que se adotou essa mesma orientação, a Rcl 6.318/SP, Rel. Min. Eros Grau, DJe 22.9.2009.

Ante o exposto, julgo procedente a reclamação, para cassar o acórdão reclamado e determinar que outra decisão seja proferida, levando em consideração o entendimento vinculante firmado por esta Corte acerca da incidência do Código de Defesa do Consumidor (art. 161, parágrafo único, RISTF).

Publique-se. Int..

Brasília, 21 de setembro de 2012.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

Documento assinado digitalmente